§ 39. Casos práticos resolvidos sobre Interpretação⁵¹²Caso Prático n.º I⁵¹³

Arlindo, adepto fervoroso do Benfica e sócio n.º 999, desde longa data, assiste aos jogos de futebol do seu “Glorioso” com o grande amigo Nelson. Em dia de *derby* na Luz, com a emoção do jogo, sentiu-se mal e foi-lhe diagnosticada uma doença grave, tendo os médicos previsto que teria apenas três meses de vida. Ao saber desta pavorosa notícia, Arlindo decidiu fazer um testamento público, em Janeiro de 2009, do qual constava uma disposição a favor de Nelson com o seguinte teor: “*Lego ao meu amigo Nelson a minha camisola autografada pelo Eusébio, no caso de o Benfica ser campeão nacional este ano.*”

Arlindo faleceu em Março de 2009. O Benfica não ganhou o campeonato de futebol, mas obteve o primeiro lugar no campeonato nacional de andebol.

Nelson, consternado com a morte do amigo, que sempre o acompanhou aos jogos do “Glorioso”, e fã incondicional do Eusébio, afirma que: “*só a mim e a mais ninguém pertence a camisola do “grande Eusébio”.*”

Quid iuris? (resolva o caso, pressupondo que não existe o art. 2187.º do CC)

⁵¹² A resolução dos seguintes casos práticos tem por base somente a análise da matéria da interpretação.

⁵¹³ Caso prático n.º 15 (adaptado) da colectânea de hipóteses de CARLA AMADO GOMES, *Hipóteses de Trabalho I para a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito*, AAFDL, Lisboa, pp. 16 e 17.

Resolução:

Pretende-se saber se Nelson deve ficar com a camisola do Eusébio. Para tal, devemos interpretar a deixa testamentária onde se dispõe “*no caso de o Benfica ser campeão nacional*”. O Benfica foi campeão nacional de andebol, será que este facto preenche o disposto na deixa testamentária? Nelson faz uma interpretação literal da norma e diz que sim, pois a letra da lei refere “no caso de o Benfica ser campeão nacional” sem especificar se é campeão nacional de futebol, de andebol ou de qualquer outra modalidade desportiva.

Para respondermos a esta questão, importa analisar os elementos da interpretação. O *elemento literal* (palavras em que a lei se exprime) parece que aponta para campeão nacional de qualquer modalidade desportiva. No entanto, há que observar também o *elemento lógico*, composto pelos elementos: sistemático (conjunto de normas em que a lei a interpretar se insere – está previsto no art. 9.º n.º 1 do CC “...tendo em conta a unidade do sistema jurídico...”), histórico (circunstâncias temporais que rodearam a feitura da deixa testamentária – previsto no art. 9.º n.º 1 do CC “...circunstâncias em que a lei foi elaborada...”) e teleológico (finalidade da norma – previsto no art. 9.º n.º 3 do CC). Para o caso é importante o *elemento histórico*, pois Nelson acompanhou, durante largos anos, o seu amigo Arlindo aos jogos de futebol do Benfica. Interessa também o *elemento teleológico* ou fim concreto que a deixa testamentária visa satisfazer, visto Arlindo pretender partilhar com o amigo, e depois da sua morte, a alegria do Benfica ser campeão nacional de **futebol** nesse ano, dando-lhe a camisola do Eusébio, conhecido jogador de futebol.

Deste modo, verifica-se uma desarmonia entre a letra e o espírito da lei, pois enquanto o elemento literal aponta para “Benfica campeão nacional de qualquer modalidade desportiva”, o elemento lógico aponta para “Benfica campeão nacional de futebol”. Por isso, fazendo uma **interpretação restritiva** da deixa testamentária, isto é, limitando a letra da lei por consideração do elemento lógico, chegamos ao seu sentido real, que consiste na verificação da condição no caso de o Benfica ser campeão nacional de futebol.

Assim, conclui-se que Nelson não tem razão, pois não tendo o Benfica ganho o campeonato de futebol, a camisola do Eusébio não deve ficar para ele.

Caso Prático n.º 2⁵¹⁴

José Pedro, há longas semanas, vem sendo acordado a meio da noite por chamadas telefónicas feitas por alguém que invariavelmente lhe pergunta se consegue dormir bem.

- a) Tendo reconhecido a voz de um colega da Faculdade, José Pedro pretende saber se pode apresentar queixa-crime com fundamento no art. 190.º, n.º 1, do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, nos termos do qual “*Quem, sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias.*”⁵¹⁵
- b) Suponha que é consultado um professor catedrático de Direito Penal que sobre a questão emite um parecer. Que valor deve ser atribuído a este parecer no que concerne à interpretação do citado preceito do Código Penal?
- c) Suponha que o Governo, a pretexto de algumas dificuldades de interpretação do referido artigo, faz um decreto regulamentar onde vem esclarecer que ali a expressão “*introduzir na habitação*” deve ser entendida como toda a violação de privacidade do domicílio, haja ou não presença física por parte do agente.”

Quid iuris?

⁵¹⁴ Caso prático n.º 8 (com ligeiras alterações) da colectânea de hipóteses de MARCELO REBELO DE SOUSA/ANA COIMBRA/ TERESA SERA/ LUÍS CORTES MARTINS/ FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, *Casos práticos de introdução ao estudo do direito*, AAFDL, Lisboa, 1998, pp. 12 e 13.

⁵¹⁵ O art. 190.º, n.º 1, do Código Penal está inserido no Cap. VII – Dos crimes contra a reserva da vida privada –, e tem como epígrafe “Violação de domicílio ou perturbação da vida privada”.

Resolução:**Alínea a)**

Para determinarmos se esta norma se aplica ao colega de José Pedro, que lhe telefona ao meio da noite, importa interpretar a expressão do art. 190.º, n.º 1, do Código Penal “*introduzir na habitação de outra pessoa*”, por isso, devemos também aqui analisar os elementos da interpretação.

Quanto ao *elemento literal* verifica-se que a palavra “introduzir” significa “entrar ou meter dentro” e no seu sentido gramatical comum implica **presença física**. Quanto ao *elemento lógico* é relevante o *elemento sistemático* (art. 9.º, n.º 1, do CC), pois o art. 190.º, n.º 1, do Código Penal está inserido no capítulo dos “Dos crimes contra a reserva da vida privada ou perturbação da vida” e tem como epígrafe “Violação de domicílio ou perturbação da vida privada”, parecendo abranger todas as situações de perturbação, quer impliquem presença física ou não; e releva também o *elemento teleológico* (art. 9.º, n.º 3, do CC), sendo a finalidade da lei sancionar quem perturba a vida privada de outrem. Neste sentido, atendendo ao *elemento lógico* da interpretação, a norma parece abranger a perturbação de outrem, quer haja **presença física ou não**.

Deste modo, verifica-se que, da análise dos elementos da interpretação, resulta uma desarmonia entre a letra e espírito da lei, pois o legislador disse menos do que queria dizer, queria referir-se a todas as situações de perturbação da vida privada de outrem e referiu-se apenas às situações de perturbação com presença física, razão pela qual fazendo uma **interpretação extensiva** do preceito, isto é, estendendo a letra da lei por consideração do elemento lógico, devemos entender que o art. 190.º, n.º 1, do Código Penal se aplica à situação em causa, de perturbação sem presença física – através de chamadas telefónicas.

Tal interpretação ainda parece caber dentro dos sentidos literais possíveis da expressão “introdução”, respeitando-se, por esta razão, o art. 9.º, n.º 2, do CC.

Assim, verifica-se que José Pedro pode apresentar queixa contra o colega.

Nota:

Temos uma situação em que se pode discutir igualmente a aplicação analógica deste preceito do Código Penal (*analogia legis*). A decisão da opção pela interpretação extensiva ou pela analogia deve passar pela consideração da maior ou menor proximidade da situação à letra da lei e pelo cumprimento ou não do já referido art. 9.º n.º 2 do CC.

Se entendermos que a expressão “*introdução*” também comporta as situações de presença não física, fazemos uma interpretação extensiva e aplicamos a lei à situação. Se considerarmos que a expressão “*introdução*” apenas comporta as situações de presença física, então teremos de recorrer à analogia *legis*, pois subentendemos uma lacuna quanto aos casos de intromissão sem presença física, que deve ser integrada pelo recurso ao referido preceito do Código Penal. Para determinar se a analogia é permitida, devemos verificar se, nos termos do art. 10.º, n.º 2, do CC, procedem as *razões justificativas* no caso previsto na lei. O que aqui parece existir, pois em ambas situações se pretende evitar a perturbação da vida privada de outrem. Todavia, como está em causa uma norma de direito penal positivo (define os crimes e medidas das penas), a sua aplicação analógica é vedada pelos artigos 29.º da CRP e 1.º, n.º 3, do Código Penal, o que impede a aplicação do art. 190.º, n.º 1, do Código Penal a esta situação.

Do exposto, verifica-se que a opção pela via da interpretação extensiva ou a opção pela via da analogia reveste, no caso concreto, uma importância extrema, dado que pode levar à criminalização ou não da conduta em causa.

Alínea b)

O professor catedrático faz uma **interpretação doutrinal** do preceito. Esta modalidade de interpretação quanto ao critério da fonte ou valor não tem carácter vinculativo para os outros (sem eficácia externa), mas vale apenas pela força dos argumentos invocados e pelo prestígio da pessoa que a efectua.

Alínea c)

O Governo através do decreto regulamentar faz uma **interpretação oficial ou administrativa**, aquela que é realizada por uma norma ou fonte de valor inferior à norma interpretada (neste caso existe um regulamento que interpreta uma lei). Esta modalidade de interpretação não tem eficácia externa (para os aplicadores do Direito), produzindo apenas efeitos internos no seio da hierarquia administrativa.

Caso Prático n.º 3⁵¹⁶

Na sequência de desacatos ocorridos, em Abril de 2009, no Estádio da Boa Ventura, que levaram a violentas agressões entre membros das diferentes claques, foi publicado o Decreto-Lei n.º 21279 com o seguinte teor: “*É proibida a entrada em estádios de futebol com quaisquer objectos contundentes*”.

- a) Um mês depois, num jogo de futebol entre o Benfica e a Naval, nove **agentes da Polícia de Segurança Pública**, encarregados de vigiar o encontro, pretendem entrar no Estádio da Luz com pistolas e cassetetes.
- b) Por sua vez, **Ricardo**, benfiquista fervoroso, também quer entrar no estádio, levando uma garrafa de vidro de água com capacidade de um litro e meio.

Quid iuris?

Resolução:

Temos uma norma que estabelece a proibição da entrada nos estádios de futebol com “*quaisquer objectos contundentes*”. É esta expressão que importa interpretar para as duas situações em causa.

⁵¹⁶ Caso prático inspirado no enunciado do Exame de Coincidências de Introdução ao Estudo do Direito – 5-1-1999 d. C., publicado na colectânea de hipóteses de PEDRO MÚRIAS, *Exercícios de Introdução ao Estudo do Direito*, AAFDL, Lisboa, 2001, p. 123.

Alínea a)

Para determinarmos se a norma do Decreto-Lei n.º 21279 também se aplica aos agentes da Polícia de Segurança Pública convém analisar os elementos da interpretação.

O *elemento literal* (palavras em que a lei se exprime) refere-se a objectos contundentes, ou seja, refere-se a quaisquer objectos duros e pesados que possam causar ferimentos, impedindo, por isso, a entrada nos estádios de futebol de todas as pessoas que transportem este tipo de objectos. Já o *elemento lógico* – dentro do qual se destacam o *elemento histórico* (circunstâncias temporais que rodearam a feitura da lei – previsto no art. 9.º, n.º 1, do CC “... circunstâncias em que a lei foi elaborada...”), devido à referência de que o Decreto-Lei n.º 21279 foi aprovado “Na sequência de desacatos...”, e o *elemento teleológico* (fim visado pela pessoa que elaborou a lei – previsto no art. 9.º, n.º 3, do CC) – indica que a norma pretende evitar ferimentos entre os adeptos na sequência de eventuais tumultos. E, como tal, a proibição de acordo com o elemento lógico parece abranger a entrada de objectos susceptíveis de causar agressões entre adeptos, que é dizer, das pessoas que com eles possam causar essas agressões.

Deste modo, verifica-se uma desarmonia entre a letra e o espírito da lei, pois enquanto o elemento literal aponta para a proibição da entrada nos estádios de todas as pessoas que transportem objectos contundentes, o elemento lógico limita a proibição apenas às pessoas que possam causar desacatos. Por isso, deve-se fazer uma **interpretação restritiva** do Decreto-Lei n.º 21279, isto é, deve-se limitar a letra da lei, por consideração do elemento lógico, para assim obtermos o seu sentido real, que consiste em apenas impedir a entrada nos estádios de futebol com objectos contundentes dos sujeitos que com eles possam causar distúrbios.

Por estes motivos, conclui-se que os agentes da Polícia de Segurança Pública, enquanto garantes da ordem nos estádios de futebol, não estão abrangidos pelo âmbito de aplicação da proibição.

Alínea b)

Quanto à situação de **Ricardo**, importa determinar se a garrafa de água com capacidade de um litro e meio pode ser considerada um *objecto contundente*. Para responder a esta questão, convém, desde logo, referir que a expressão “objectos contundentes” apresenta um grau de imprecisão que nos leva a considerar que está em causa um conceito indeterminado. Estes conceitos, que se caracterizam pela utilização de palavras ou expressões, genéricas, vagas ou imprecisas, são utilizados pelo legislador normalmente para permitir uma maior adaptabilidade da solução legal às circunstâncias do caso concreto, sendo, por esses motivos, carecidos de um preenchimento valorativo (de cariz objectivo) por parte do aplicador do Direito.

Deste modo, e tomando por base este pressuposto, importa analisar os elementos da interpretação. Quanto ao elemento literal, significando objectos contundentes “objectos duros, pesados, que causam contusão”, não se duvida que, nesta situação em particular, tal garrafa é susceptível de causar estes danos, com a agravante de que se pode partir e originar, por esse facto, ainda prejuízos mais graves. Quanto ao elemento lógico, tal como já referimos, a lei pretende evitar ferimentos entre os adeptos na sequência de eventuais distúrbios. Assim, verifica-se que a letra e o espírito da lei estão em consonância (o legislador exprimiu-se de modo adequado a abranger estes objectos), e, por isso, fazendo uma **interpretação declarativa** (média) da norma, chega-se à conclusão que esta se aplica, sem mais, à situação de Ricardo, razão pela qual ele não pode entrar no estádio com a garrafa de água.

Caso Prático n.º 4⁵¹⁷

Admita que a correcta interpretação de certo artigo algo ambíguo do Código do Registo Civil dá direito aos advogados

a requererem quaisquer certidões relativas aos seus clientes. O problema é que o artigo é, de facto, ambíguo, e a Direcção-Geral dos Registos e Notariado, excessivamente preocupada com uma certa protecção da privacidade da vida dos cidadãos, emitiu uma circular determinando que os conservadores e funcionários do registo civil só passassem certidões a pedido de dos advogados quando estes apresentassem procuração ou autorização dos seus clientes que *especificamente* lhes desse poderes para requerer o tipo de certidão em causa.

Zebedeu, M. D. Advogado, insiste com um funcionário para que lhe passe a devida certidão. O bom do funcionário dizia: «eu até concordo com o S’outor, mas ordens são ordens!, não posso passar ao lado de uma circular da Direcção-Geral.» Que fazer?

Resolução:

Temos uma situação em que uma circular (um regulamento administrativo) interpreta uma lei, limitando o seu conteúdo, pois a lei que permite aos advogados requererem quaisquer certidões relativas aos seus clientes é interpretada no sentido de os funcionários *só* poderem passar certidões se apresentada *autorização* dos clientes. A questão que se coloca aqui é a de saber o valor que tem tal interpretação por parte da Administração.

Estamos diante de uma **interpretação oficial ou administrativa**, aquela que é feita por uma norma de valor inferior à interpretada, pois um regulamento interpreta uma lei. Esta modalidade de interpretação, quanto ao critério da fonte ou valor, não tem um carácter vinculativo ou eficácia externa, isto é, vale apenas no âmbito da hierarquia administrativa (tem eficácia interna). Por isso, neste caso, o funcionário do Registo Civil deve respeitar a circular da Direcção-Geral, o que não impede, todavia, que o advogado a venha contestar em termos graciosos ou contenciosos.

Deste modo, verifica-se que o funcionário tem razão e Zebedeu deverá recorrer hierarquicamente ou contenciosamente da circular da Direcção-Geral dos Registos e Notariado.

⁵¹⁷ Caso prático n.º 33 da colectânea de hipóteses de PEDRO MÚRIAS, *Exercícios de Introdução...*, p. 23, cuja publicação se faz com autorização do autor.

Caso Prático n.º 5⁵¹⁸

Suponha que o Governo pretende proteger a maternidade desvalida, e, para tal, cria um pacote de normas, entre as quais se inclui o Decreto-Lei n.º 21058 que contém uma disposição com o seguinte teor: “*As mães solteiras beneficiam de uma redução de 50% no seu horário de trabalho nos seis meses posteriores ao parto*”.

Imagine que **Sónia**, recém-divorciada e mãe de uma criança de um mês, solicita à sua empresa idêntica redução.

Quid iuris?**Resolução:**

Coloca-se a questão de saber se Sónia, mãe divorciada, deve beneficiar de redução no seu horário de trabalho. Está em causa a interpretação da expressão “*mães solteiras*” prevista no decreto-lei, e importa, também aqui, analisar os elementos da interpretação. Começando pelo *elemento literal*, mães solteiras são aquelas que nunca se casaram, pelo que, fazendo uma interpretação da letra da norma, Sónia não teria direito à redução. Quanto ao *elemento lógico*, em particular o *elemento teleológico* (ou fim da norma, previsto art. 9.º, n.º 3, CC), o Governo pretende proteger a maternidade desvalida com a criação desta norma, isto é, permitir que mães com filhos recém-nascidos e que estejam sós nos primeiros momentos da maternidade possam beneficiar de uma redução no seu horário de trabalho para cuidar da criança.

Deste modo, verifica-se uma desarmonia entre o elemento lógico e o literal, o legislador disse menos do que efectivamente queria dizer, queria referir-se a todas as mulheres sem companheiro depois do parto, mas referiu-se apenas às solteiras. Por isso, devemos

⁵¹⁸ Caso prático n.º 13 (com ligeiras alterações) da colectânea de hipóteses de MARCELO REBELO DE SOUSA/ANA COIMBRA/ TERESA SERRA/ LUÍS CORTES MARTINS/ FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, *Casos práticos...*, p. 16.

fazer uma **interpretação extensiva** do preceito, ou seja, estender a letra da lei de molde a abranger também as mães divorciadas. Tal interpretação ainda parece ter um mínimo de correspondência na letra da lei (respeitando-se o art. 9.º, n.º 2, do CC), pois muitas vezes usa-se a expressão “*solteira*” no sentido de “*descomprometida*”.

Assim, verifica-se que Sónia tem razão ao solicitar a redução do seu período de trabalho.

Nota:

Temos uma situação em que se pode discutir também a aplicação analógica deste preceito do Decreto-Lei n.º 21058 (*analogia legis*). A decisão da opção pela interpretação extensiva ou analogia deve passar pela consideração da maior ou menor proximidade da situação à letra da lei

Se entendermos que a expressão “*mães solteiras*” comporta as situações de mães sozinhas, fazemos uma interpretação extensiva e aplicamos a lei à situação.

Se considerarmos que a expressão “*mães solteiras*” apenas comporta situações de mães que nunca se casaram, então teremos de recorrer à *analogia legis* prevista no art. 10.º do CC, pois subentendemos uma lacuna quanto aos casos das mães divorciadas. Também aqui deveremos verificar se procedem as *razões justificativas* do caso previsto na lei (art. 10.º, n.º 2, do CC), o que parece suceder, visto a lei pretender reduzir o período de trabalho das mães que estejam sós nos primeiros momentos da maternidade. E neste sentido, podemos ainda suscitar o facto de estarmos diante de uma norma excepcional (porque se dirige a um número restrito de pessoas – as mães solteiras – e contraria o regime geral, que não prevê qualquer encurtamento ao período laboral), cuja aplicação analógica é vedada pelo art. 11.º do CC. A este respeito, devemos distinguir os casos de excepcionalidade formal (que dependem apenas da técnica legislativa usada) dos casos de excepcionalidade material (que contrariam um princípio insito na regra geral), pois só estes últimos, de acordo com a posição de alguns autores, como é o caso de Oliveira Ascensão, estariam vedados pelo art. 11.º do CC⁵¹⁹.

⁵¹⁹ Sobre a interpretação do art. 11.º do CC, *vide supra* 17.3.3.4.

Na hipótese, a excepcionalidade parece ser meramente formal, dado não se vislumbrar a contradição de um princípio, razão pela qual a aplicação analógica do Decreto-Lei n.º 21058 não estaria vedada. E como tal, por esta via, Sónia tem igualmente razão ao solicitar a redução do seu período de trabalho.

Caso Prático n.º 6

Suponha que o regulamento 119/09, estabelece no art. 9.º que “os militares devem entrar e sair fardados das suas unidades” e que no art. 20.º se dispõe que “os militares podem entrar e sair da sua unidade em traje civil”. Fernando, militar, tem dúvidas em perceber o regulamento.

Quid iuris?

Resolução:

Aqui o intérprete deve fazer uma **interpretação abrogante** (modalidade de interpretação quanto ao critério do resultado da conjugação dos elementos literal e lógico), segundo a qual se chega à conclusão que existe uma contradição insanável entre os elementos lógico e literal, e que, por esses motivos, não se consegue retirar da norma qualquer sentido ou significado.

§ 40. Testes e exames resolvidos

1.

Teste de Introdução ao Estudo do Direito I⁵²⁰

1.º Ano, Turno da Noite

30 de Novembro de 2010; 18h30

Duração 60 m

I

Imagine as seguintes normas hipotéticas sobre o regime do arrendamento urbano, contidas num decreto-lei: «1 – Cabe ao senhorio realizar todas as obras de conservação, requeridas pelas leis vigentes ou pelo fim do contrato, salvo estipulação em contrário. 2 – A não realização das obras dá lugar à aplicação de uma multa correspondente a um décimo do valor da renda por cada mês de atraso na respectiva realização».

- a) Imagine que o inquilino A pretende intimar, ao abrigo desta norma, o senhorio B a realizar obras de conservação e que o mesmo inquilino paga, ao abrigo de um regime de renda condicionada apenas sujeito a actualização anual por portaria do Governo, uma renda de valor irrisório. Poderá o senhorio invocar que a norma não lhe é aplicável em virtude do carácter irrisório da renda que lhe é paga? E com que fundamento? (5 valores)
- b) Imagine agora que o regime de renda condicionada a que se refere a alínea anterior está previsto na lei apenas para os arrendamentos para habitação. O senhor C pretende tomar de arrendamento uma loja para instalar o seu comércio e pede-lhe a sua opinião sobre a aplicabilidade do regime de renda condicionada ao seu caso. Que lhe diria? (4 valores)
- c) Imagine que existe uma norma segundo a qual *é proibido ao inquilino realizar obras de conservação no locado*

⁵²⁰ Enunciado realizado por Miguel Nogueira de Brito, cuja publicação se faz com autorização do autor.